

Relatório da sessão “Fortalecimento da P&D nas empresas”

Maria Angela do Rego Barros¹

O relator iniciou a seção descrevendo as principais conclusões e reflexões preparadas durante a X Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica, realizada em maio de 2010, na cidade de Curitiba, como preparativo das empresas para a 4ª CNCTI.

Este documento foi elaborado com a participação de 500 pessoas, 65 mesas de debates e representou o consenso de um mix representativo da sociedade brasileira: empresas (37% dos presentes), ICT (27%), governo (24%) e outras entidades organizadas.

Foram destacadas duas perguntas e as suas respectivas sugestões de aperfeiçoamento das práticas e políticas de inovação no Brasil:

1. Questão 01

O que é necessário para facilitar o acesso e a utilização de fomentos financeiros e econômicos para a inovação nas empresas? Quais instrumentos radicalmente novos podem criar?

1.1. Recomendações (01)

- Disponibilização de linhas de fomento mais abrangentes (inovação em **marketing**, em serviços, em modelos e gestão de negócios, etc.);
- Disponibilização de linhas de fomento para projetos pré-industriais (plantas pilotos, plantas industriais pré-competitivas, etc.);

¹ Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei).

- Ampliação das redes de competências para fortalecer a capacitação técnica-gerencial das empresas;
- Adoção de processos simples e rápidos de acesso aos recursos (humanos e financeiros);
- Expansão dos incentivos para além das empresas com lucro real;
- Adoção de mecanismos contínuos de incentivos (não apenas baseados em projetos, editais ou chamadas);

2. Questão 02

Como as empresas devem ser incluídas na governança e na gestão dos instrumentos de fomento e políticas públicas de inovação?

2.1. Recomendações (02)

- Adoção de Fóruns Permanentes de Incentivo a Inovação;
- Ampliação da representação empresarial na elaboração das diretrizes nacionais de inovação tecnológica;
- Deliberação e suporte à elaboração das leis e recursos de incentivos à inovação com legítimo interesse de todas as partes;
- Adoção de processos simples, transparentes, desburocratizados, informatizados para o acompanhamento, aprovação, execução e relatoria das solicitações e projetos de inovação;
- Implantação e compartilhamento de indicadores e metas quantitativos e qualitativos dos investimentos em inovação (retorno dos investimentos realizados por meio dos incentivos à inovação): promoção do acompanhamento e aprendizado dos instrumentos de incentivo;

Para maiores detalhes, ver documento: Apresentação de Naldo Dantas – Documento ANPEI – 4ª CNCTI completo.

O palestrante, Sr. Luiz Fernando Cassinelli, da Braskem, demonstrou em sua apresentação o impacto e a relevância da (s):

- demandas de mercado para a priorização dos investimentos em inovação;
- adoção de pesquisas em rede e baseadas na interação com ICT privadas e públicas;

- gestão estratégica da propriedade intelectual;
- impacto positivo do uso de recursos subvencionados para o desenvolvimento de inovações estratégicas (case do PP Verde);

Concluindo, os seguintes pontos de aperfeiçoamento dos instrumentos públicos de incentivo à inovação foram reforçados:

- Balanceamento dos recursos da subvenção entre academia e empresas e direcioná-los para a inovação (foco em atingir o mercado);
- Aprimoramento dos mecanismos de subvenção com participação ativa das empresas;
- Aumento do alinhamento entre os fundos federais e estaduais;
- Divulgação com mais antecedência dos editais de subvenção ou “adoção de editais contínuos”;
- Desburocratização dos processos de fomento: documentação, avaliação das garantias, interação entre áreas jurídicas, avaliação dos projetos e recursos;
- Simplificação dos processos administrativos requeridos para o trâmite de projetos de interação das empresas com universidades no âmbito dos NIT e dos colegiados das ICT;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de registros de patentes. Existem *backlogs* de 8 a 10 anos. Este prazo inviabiliza a adoção de estratégias comerciais;
- Avanço do marco da Lei do Bem para englobar empresas que investem em PD&I, mas não têm lucro.

Para maiores detalhes, ver o documento: Apresentação de Luiz Fernando Cassinelli.

O palestrante, Sr. José Roberto Fagundes Netto, da Petrobras, demonstrou em sua apresentação o impacto e a relevância do (a):

- direcionamento dos esforços e recursos em PDI para os resultados empresariais. Exemplo da prospecção em águas profundas e pré-sal;
- existência de planos de longo prazo e evolutivos para o desenvolvimento de novas tecnologias;
- suporte e articulação de uma rede de pesquisa e desenvolvimento, envolvendo ICT e parceiros tecnológicos;
- grande empresa (tier 1) no desenvolvimento de PD&I em toda sua cadeia de fornecimento;
- de compreender os desafios da inovação em um ambiente global.

- Concluindo, os seguintes pontos de aperfeiçoamento dos instrumentos públicos de incentivo à inovação foram reforçados:
- Desenvolvimento de instrumentos que facilitem a atração de talentos de cunho global para as universidades e para os centros de pesquisa das empresas brasileiras (agilização da legislação de imigração, trabalho do estrangeiro, subvenção, etc.);
- Ampliação da interação com centros de P&D de empresas e entidades científicas e tecnológicas em escala global;
- Desenvolvimento de política para o desenvolvimento tecnológico de cadeias estratégicas de fornecimento, incluindo a criação de polos de equipamentos, serviços e tecnologias no Brasil;
- Ampliação dos incentivos às alianças estratégicas entre as universidades brasileiras e as universidades internacionais, assim como entre empresas e ICT.

Para maiores detalhes, ver o documento: Apresentação de José Roberto Fagundes Netto, da Petrobras.